



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

VANDA FLORIANO DE SOUZA

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

MOSSORÓ

2017

VANDA FLORIANO DE SOUZA

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Especialista em Atendimento Educacional Especializado.

MOSSORÓ
2017

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Especialista em Atendimento Educacional Especializado.

Defendido em: 01/07/2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Francisca Maria Gomes Cabral Soares
Presidente

Prof. Ma. Mônica Rafaela de Almeida (UFERSA)
Membro Examinadora 1

Prof. Ma. Maria da Conceição Fernandes de França (UFERSA)
Membro Examinadora 2

Prof. Ma. Silvia Helena de Sá Leitão Moraes Freire (UERN)
Membro Examinadora Suplente

RESUMO

A deficiência intelectual afeta a cognição, causando dificuldade de raciocínio e compreensão, além de afetar habilidades cotidianas, como o convívio social e fala. Ela deve ser diagnosticada antes dos 18 anos e pode comprometer áreas como comunicação, trabalho, cuidados pessoais, saúde, vida doméstica, habilidades sociais e/ou interpessoais, independência, habilidades acadêmicas, lazer e segurança. O presente trabalho tem como objetivo debater o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para estudantes que apresentam Deficiência Intelectual. O recurso metodológico adotado foi o de pesquisa bibliográfica, com discussão acerca dos trabalhos existentes na área. Trazemos aqui uma reflexão acerca da temática, visando discutir de que forma o AEE deve funcionar e quais os desafios de incluir esses alunos na vivência da educação básica. Além de conceitos dentro da temática, apresentamos as mudanças que o passar dos anos trouxeram a estes conceitos, de acordo com a época e com os avanços científicos. Outro ponto abordado é a legislação brasileira e o que os documentos estabelecem no que se refere ao atendimento em caráter especial. Após realizadas as reflexões em torno da temática, pudemos concluir que os estudantes que carecem de Atendimento Educacional Especializado necessitam também alcançar sua autonomia, a fim de que os conteúdos apresentados sejam apreendidos de forma mais eficiente.

PALAVRAS-CHAVE: DEFICIÊNCIA INTELECTUAL. INCLUSÃO. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO.

ABSTRACT

Intellectual disability affects cognition, and causes difficulty in rationality and comprehension, besides affecting daily skills, such as social interaction and speech. It must be diagnosed before age 18 and can compromise areas such as communication, work, personal care, health, home life, social and / or interpersonal skills, independence, academic skills, leisure and safety. This study aims to discuss the Specialized Educational Assistance for students with Intellectual Disability. The methodological resource adopted was bibliographical research, with discussion about the previous works in the area. We bring here a reflection on the theme, aiming to discuss how Specialized Educational Assistance should work and what are the challenges to include these students in the experience of elementary school. Besides the concepts within the theme, we present the changes that the years have brought to these concepts, according to the time and scientific advances. Another subject discussed is the Brazilian legislation and what the documents establish with regard to special care. After reflecting on the theme, we could conclude that students who lack Specialized Educational Assistance also need to reach their autonomy, so they will apprehend more efficiently the contents presented.

KEY WORDS: INTELLECTUAL DISABILITY; INCLUSION; SPECIALIZED EDUCATIONAL ASSISTANCE.

.

1 INTRODUÇÃO

O estudo intitulado “Atendimento Educacional Especializado para alunos com deficiência intelectual” justifica-se em função da necessidade de discussão sobre a melhoria da qualificação dos profissionais do ensino para lidar com a diversidade de estudantes. A decisão de abordar a temática da Deficiência Intelectual (DI)¹, impõe aprofundamento acerca do Atendimento Educacional Especializado (AEE), uma proposta de atendimento presente no cotidiano dos profissionais, mas nem sempre debatido, estudado de modo qualificado.

O nosso objetivo geral neste trabalho é discutir a Deficiência Intelectual (DI) e como os estudantes podem ter um aprendizado bem sucedido, mesmo sendo comprometidos com a referida deficiência. Busca-se mais especificamente fazer a leitura aprofundada dos textos acerca do tema proposto; acrescentar outros tópicos à discussão e sugerir mudanças ou soluções que possam ser inseridas ao modelo atual. Para tanto utilizamos, dentre outros autores abordados na elaboração do trabalho: Tédde (2012), Almeida (2015), Dias (2010) e Batista (2006).

Além da DI ser uma das vertentes de estudo da educação especial e inclusiva, optamos por esse tema, por conta da afinidade com o mesmo e por já estarmos inseridas num contexto de trabalho com crianças com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), sendo a autora deste trabalho, inclusive, professora de estudantes com necessidades especiais, portanto a aproximação com o tema já existia, em função das experiências docentes já vividas.

Além disso, percebemos a falta de debates acerca do tema, que deve, cada vez mais, ser esclarecido, discutido, para que seja possível crianças com DI terem uma vida escolar mais prazerosa e adquirir aprendizagens, conhecimentos de modo mais qualificado.

2 METODOLOGIA

Para a construção deste trabalho, optamos pela pesquisa de natureza bibliográfica, por meio de um estudo acerca da prática desenvolvida na Sala de Recurso Multifuncional (SRM) com foco no Atendimento Educacional Especializado (AEE) proposto para alunos DI. Como procedimento metodológico a opção foi pelo estudo bibliográfico e documental, elencando documentos que tratam acerca da temática.

¹ O termo Deficiência Intelectual a partir desta página, poderá ser substituído por DI, visando não carregar o texto e utilizar uma nomenclatura atual e presente na literatura que trata do tema.

Desta forma, foram utilizados, além dos conteúdos estudados ao longo do curso, outras obras que tratam acerca da DI e documentos oficiais que norteiam o AEE como uma política pública de educação. Alguns dos autores abordados são: Tédde (2012), Almeida (2015), Dias (2010) e Batista (2006). Acerca dessa opção metodológica é válido ressaltar que:

Este momento é o mais importante do estudo, pois define o escopo do trabalho. É a fundamentação teórica da pesquisa. O desafio do aluno concentra-se em identificar referências bibliográficas da sua investigação. Isto envolve a leitura e análise das principais abordagens, metodologias, métodos e autores do seu objeto de estudo. Quando finalizado este momento, o aluno já é orientado a escrever o capítulo de Fundamentação Teórica de sua monografia, ou a seção Introdução de seu artigo. (NEVES e NEVES, s,p 2010)

Entendemos a referida metodologia como a melhor forma para abordar o assunto, pois nossa intenção é trazer, para a academia, bem como à sociedade no geral, um meio de proporcionar a discussão acerca da DI. Buscamos aqui, uma leitura aprofundada a fim de discutir pontos impactantes presentes no modelo padrão de AEE. Algumas das obras estudadas foram: Glossário Temático de Deficiência Intelectual; Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental; e Inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual: o Atendimento Educacional Especializado (AEE) em discussão.

A opção metodológica escolhida propõe uma construção produtiva, no sentido de criar maior familiaridade com os conceitos utilizados e técnicas abordadas. Sobre esse aspecto, Stumpf (2009) define, num sentido amplo, a pesquisa bibliográfica como:

O planejamento global inicial de qualquer trabalho de pesquisa que vai desde a identificação, localização e obtenção da bibliografia pertinente sobre o assunto, até a apresentação de um texto sistematizado, onde é apresentada toda a literatura que o aluno examinou, de forma a evidenciar o entendimento do pensamento dos autores, acrescido de suas próprias ideias e opiniões. [...] Por vezes, trata-se da única técnica utilizada na elaboração de um trabalho acadêmico, como na apresentação de um trabalho no final de um disciplina, mas pode também ser a etapa fundamental e primeira de uma pesquisa que utiliza dados empíricos, quando seu produto recebe a denominação de Referencial Teórico, Revisão da Literatura ou similar. (STUMPF, 2009, p.51).

Como obras que nortearam nosso trabalho, utilizamos a cartilha do Ministério da Educação elaborada em 2006 e que trata sobre as melhores formas de realização de um atendimento educacional especializado. Utilizamos ainda dissertações das autoras Dias

(2010), Silva (2011) e Tédde (2012). A partir da leitura crítica desses textos, pudemos considerar o que cada autor acrescenta e realizar a análise.

A pesquisa bibliográfica nos permite, um conhecimento amplificado com relação ao tema que se pretende estudar e, além disso, proporciona ainda um entendimento sobre quais aspectos podem ser abordados com mais ênfase no decorrer do trabalho. Foi a partir desse tipo de pesquisa que pudemos encontrar estudos afins, ou seja, que tratassem do mesmo assunto, e, desta forma, realizar o estudo bibliográfico.

3 A DEFINIÇÃO DE DEFICIÊNCIA: ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS

O termo “deficiência” vem da palavra *deficientia*, do latim e serve para denominar algo que possui falhas, imperfeições, não é completo. Esse mesmo termo é usado para definir a ausência ou a disfunção de uma estrutura psíquica, fisiológica ou anatômica. Diz respeito à biologia da pessoa. (OMS/ Organização Mundial de Saúde, 2007). Como já sabemos, órgãos como a Organização Mundial de Saúde (OMS) realizaram esforços para conceituar e diferir os termos, assim:

Prejuízo é alguma diminuição ou anormalidade da estrutura ou das funções anatômicas, físicas ou psicológicas; Deficiência é alguma restrição ou falta de habilidade (resultante do prejuízo) para realizar uma atividade dentro dos padrões de alcance dos seres humanos; Impedimento é uma desvantagem individual, resultante do prejuízo ou da deficiência, que limita ou compromete o desempenho considerado normal, tendo de ser analisado à luz da idade, do sexo e dos fatores sociais e culturais. (OMS, 2007, apud TÊDDE, 2012)

A definição anteriormente destacada revela formas diferentes de característica da deficiência. A Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (CIDID) esclarece que:

Deficiência- perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Incluem-se nessas a ocorrência de uma anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive das funções mentais. Representa a exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico, uma perturbação no órgão. Incapacidade- restrição, resultante de uma deficiência, da habilidade para desempenhar uma atividade considerada normal para o ser humano. Surge como consequência direta ou é resposta do indivíduo a uma deficiência psicológica, física, sensorial, ou outra. Representa a objetivação da deficiência e reflete os distúrbios da própria pessoa, nas atividades e comportamentos essenciais à vida diária. Desvantagens- prejuízo para o indivíduo, resultante de uma deficiência ou uma incapacidade, que limita ou impede o desempenho de papéis de acordo com a idade, sexo, fatores sociais e culturais. Caracteriza-se por uma

discordância entre a capacidade individual de realização e as expectativas do indivíduo ou do seu grupo social. Representa a socialização da deficiência e relaciona-se às dificuldades nas habilidades de sobrevivência. (CIDID, 1989, apud TÊDDE, 2012, p.19)

Sobre a avaliação, diagnóstico e classificação, a Associação Americana de Deficiências Intelectual e do Desenvolvimento (AADID) afirma que:

O conceito de avaliação no campo da deficiência intelectual implica a coleta sistemática de informações, de modo a comunicar e tomar decisões para atender a três funções avaliativas: (a) diagnóstico; (b) classificação características relevantes; (c) planejamento de apoios individualizados. ... o diagnóstico pode determinar as condições de elegibilidade para o uso de serviços, bem como para proteção legal da pessoa.” ... o diagnóstico da deficiência intelectual envolve três critérios: (a) limitações significativas do funcionamento intelectual; (b) limitações significativas no comportamento adaptativo e; (c) idade de início antes dos 18 anos.” Os critérios da AADID quanto à avaliação do funcionamento intelectual são quantitativos. Recorrem ao uso de testes psicológicos de inteligência, DICA, n.4, ano 3 considerando o escore aproximado de dois desvios padrão abaixo da média como marco indicador de limitações nas habilidades intelectuais. É importante reiterar que o modelo conceitual da AADID indica que os instrumentos de mensuração precisam atender aos critérios de validade para que seus resultados sejam aceitáveis. Devem, ainda, ser utilizados por profissionais qualificados e autorizados legalmente a fazê-lo (no Brasil, apenas psicólogos ou estudantes sob sua orientação). (AADID, 2010, apud DÉO e PEREIRA, 2011, p. 4-5)

Dentre os diversos tipos de deficiência que podem ser encontrados, existe uma que afeta profundamente o funcionamento e desenvolvimento cerebral, que é a Deficiência Intelectual (DI). É sobre esse tipo de deficiência que o presente trabalho trata. Mais especificamente, aborda o que caracteriza indivíduos com essa deficiência e quais são os desafios para as escolas desenvolverem um trabalho pedagógico satisfatório, acolhendo os estudantes que apresentem a DI.

Com o passar dos anos e o aprimoramento dos estudos na área da educação especial e inclusiva, percebe-se que o conceito de DI tem passado por uma série de revisões e mudanças, que evidenciam as diferenças nas convenções sociais e científicas de cada tempo histórico. Várias foram as expressões utilizadas para designar deficiência intelectual, ao longo dos anos, como:

Idiotia (século XIX), debilidade mental e infradotação (início do século XX), imbecilidade e retardo mental (com seus níveis leve, moderado, severo e profundo), deficiência mental, usado no final do século XX, e deficiência intelectual, desde os anos dois mil (PLETSCH, 2012). Além desses termos, já temos autores sugerindo atualmente o termo dificuldade intelectual e desenvolvimental (SANTOS e MORATO, 2012 apud ALMEIDA, 2015, p. 12).

Para entendermos, de modo mais claro, as mudanças já registradas no ensino e sinalizarmos o que ainda é preciso transformar precisamos buscar o histórico da DI e as percepções acerca de como pessoas com a referida deficiência foram sendo tratadas ao longo dos anos.

O que, a grosso modo, caracteriza a DI é um funcionamento intelectual inferior ao da média populacional, que vem associado a limitações no funcionamento do comportamento do sujeito. Dentre os fatores afetados, estão comunicação, habilidades sociais, autonomia, trabalho, dentre outros. O cérebro das pessoas com DI funciona de forma diferente dos indivíduos que não a possuem, no entanto, a deficiência não é um fator que impeça que o sujeito consiga adquirir conhecimentos.

Todas as características que diferenciam uma pessoa com DI devem ser observadas antes dos 18 anos, para a realização do diagnóstico de deficiência. Em resumo, um indivíduo que apresenta esse tipo de deficiência, traz limitações e dificuldades para aprender, entender e realizar atividades que são vistas como comuns por quem não tem tal limitação. Muitas vezes, se levarmos em conta os padrões comportamentais da sociedade, os indivíduos com DI apresentam comportamentos que podem ser comparados ao de pessoas com menos idade.

A DI possui, de acordo com Almeida (2015), cinco diferentes dimensões: a primeira diz respeito às habilidades intelectuais e considera os conteúdos considerados científicos, como capacidade de raciocínio, planejamento, solução de problemas, rapidez de aprendizagem, dentre outros; a dimensão da conduta/comportamento adaptativo é referente à experiência social de cada indivíduo; a dimensão da saúde é compreendida como um elemento integrado ao funcionamento individual da pessoa com deficiência; a dimensão da participação diz respeito à participação e a interação do sujeito com deficiência na vida em comunidade, bem como aos papéis que desenvolve nela; e, finalmente, a dimensão do contexto descreve as condições nas quais a pessoa vive, tornando como referência a perspectiva ecológica, incluindo três níveis da vida social, que são o entorno imediato, a comunidade e outros serviços e as influências gerais da sociedade.

3.1 DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E OS DESAFIOS PARA O ENSINO

Durante muito tempo, indivíduos que apresentavam deficiência intelectual foram vistos de uma forma diferente, eram indivíduos deixados à margem da sociedade, sendo até

considerados incapazes de aprender de forma satisfatória. Foi por volta de 1960 que a sociedade começou a questionar a internação de indivíduos com deficiência e pensar em como essas pessoas poderiam ser incluídas na sociedade, buscando uma forma de atender suas necessidades considerando o fator da limitação desses (Garghetti et al 2013). Ao longo dos anos, foram várias lutas e mudanças que aconteceram. O ponto principal está em informar e tentar amenizar o sofrimento causado pelo preconceito existente. Informar a sociedade sobre o que de fato é a DI.

Já com relação ao sistema educacional, a decisão por utilizar um modelo de ensino que possibilitasse maior inclusão foi feita por diversos países, por meio da Declaração de Salamanca, em 1994. Como resultado desse processo, o Brasil assumiu tal responsabilidade, inclusive por meio de legislação. As ações legais tomadas, estabelecem que alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) no que tange à educação devem estar, preferencialmente, em classes comuns na escola, e não em ambiente separado, destinado exclusivamente aos estudantes com NEE (BRASIL, 1999).

No entanto, a tarefa da inclusão, apesar de prevista legalmente, é um grande desafio, tendo em vista uma sociedade ainda desinformada e preconceituosa e escolas que reúnem profissionais com pouca instrução acerca de como desenvolver o processo. É sabido que ainda não temos acessibilidade física, curricular e de comunicação para pessoas com deficiência de forma adequada. Os aspectos anteriormente citados criam obstáculos para proporcionar um atendimento especial e diferenciado. É importante ainda salientar que são muitos os fatores que podem influenciar o desempenho do estudante, como as experiências enfrentadas no ambiente escolar. Assim compreendido, há esclarecimentos de que:

Diante das constantes referências às dificuldades de implantação de um projeto inclusivo, é importante considerar não só os entraves político-pedagógicos, mas também as vivências estimulantes e frustrantes surgidas no cotidiano das relações estabelecidas entre os participantes da comunidade escolar. (DÍAZ et al, 2009, p. 71)

As mudanças na nomenclatura vêm então, não apenas como forma de abolir o uso de uma palavra já estigmatizada e utilizada com caráter pejorativo, mas também como um meio de esclarecer como a deficiência funciona. E, obviamente, o avanço científico notado com a mudança na nomenclatura nos mostra também um avanço no desafio que é constituído por incluir as pessoas com deficiência no convívio social saudável.

No ano de 2006, o Ministério da Educação (MEC) lançou um documento chamado Atendimento Educacional Especializado em Deficiência Mental, visando à formação

continuada de professores à distância. O documento explica como deve acontecer o atendimento, reforçando que a intenção é que o estudante consiga ultrapassar as barreiras impostas pela deficiência. O documento ainda explana que:

O atendimento educacional especializado para as pessoas com deficiência mental está centrado na dimensão subjetiva do processo de conhecimento, complementando o conhecimento acadêmico e o ensino coletivo que caracterizam a escola comum. O conhecimento acadêmico exige o domínio de um determinado conteúdo curricular; o atendimento educacional, por sua vez, refere-se à forma pela qual o aluno trata todo e qualquer conteúdo que lhe é apresentado e como consegue significá-lo, ou seja, compreendê-lo (BRASIL, 2006, p.19).

No ano de 2008, foi implantada uma nova política de Educação Especial, por meio do Decreto nº6.571/2008, que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE), definido no §1º do art.1º, “[...] como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente e prestados de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular” (BRASIL, 2008). O documento ainda regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007.

Os desafios para atender de forma adequada os estudantes com DI são diversos, como, por exemplo: fazer com que o estudante se sinta acolhido pelos colegas de sala; trazer para esses alunos atividades que possam ser aproveitadas ao máximo por estes, despertando interesse e proporcionando aprendizado; não limitar o ensino à sala destinada aos estudantes com necessidades educacionais especiais; dentre outros desafios.

Mesmo com todas as mudanças já inseridas a fim de que haja maior inclusão dos alunos com DI em ambiente escolar e com maior aproveitamento, ainda há muito o que ser evoluído, principalmente no que diz respeito à capacitação de professores da área, para que o atendimento seja realizado de maneira satisfatória.

3.2 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL (DI)

Já sabemos do compromisso que as escolas têm de proporcionar e difundir as formas de conhecimento, portanto, devemos entender também que o ambiente escolar deve saber lidar com as diferentes formas que os estudantes encontram de adquiri-lo. E isto vale para todos os estudantes, mas, em especial para os que apresentam DI.

Mesmo com todos os esforços empregados, haverá limitações no que se refere à subjetividade de estudantes com deficiência, principalmente em se tratando de DI. O Ministério da Educação, em sua Cartilha sobre Educação Inclusiva explica que esse fato “[...] já aponta e demonstra a necessidade de existir um espaço para esse fim, que não seja eminentemente clínico e que resguarde uma característica tipicamente educacional”. (MEC, 2006, p. 8-9).

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, acerca do atendimento em caráter especial aos estudantes com deficiência, determina que:

a) esse atendimento refere-se ao que é necessariamente diferente da educação em escolas comuns e que é necessário para melhor atender às especificidades dos alunos com deficiência, complementando a educação escolar e devendo estar disponível em todos os níveis de ensino; b) é um direito de todos os alunos com deficiência que necessitem dessa complementação e precisa ser aceito por seus pais ou responsáveis e/ou pelo próprio aluno; c) o “preferencialmente” na rede regular de ensino significa que esse atendimento deve acontecer prioritariamente nas unidades escolares, sejam elas comuns ou especiais, devidamente autorizadas e regidas pela nossa lei educacional. A Constituição admite ainda que o atendimento educacional especializado pode ser oferecido fora da rede regular de ensino, já que é um complemento e não um substitutivo do ensino ministrado na escola comum para todos os alunos (BRASIL, 1988)

A Constituição Federal ainda explica que o atendimento educacional especializado não deve substituir as aulas regulares, junto à turma, deve ser de caráter complementar, reforçando o conteúdo que é ministrado em sala de aula:

d) o atendimento educacional especializado deve ser oferecido em horários distintos das aulas das escolas comuns, com outros objetivos, metas e procedimentos educacionais. e) as ações do atendimento educacional são definidas conforme o tipo de deficiência que se propõe a atender. Como exemplo, para os alunos com deficiência auditiva o ensino da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, de Português, como segunda língua, ou para os alunos cegos, o ensino do código “Braille”, de mobilidade e locomoção, ou o uso de recursos de informática, e outros; f) os professores que atuam no atendimento educacional especializado, além da formação básica em Pedagogia, devem ter uma formação específica para atuar com a deficiência a que se propõe a atender. Assim como o atendimento educacional especializado, os professores não substituem as funções do professor responsável pela sala de aula das escolas comuns que têm alunos com deficiência incluídos (BRASIL, 1988).

Sabemos que existem vários tipos de DI, o que certamente exige dos profissionais da área da educação um grande cuidado com tais diferenças. Além disso, cada indivíduo é único

e tem suas particularidades, independentemente de suas condições físicas ou mentais. Desta forma, os profissionais devem buscar meios personalizados que se adaptem melhor ao estilo de aprendizagem de cada estudante.

Até hoje, é grande o número de escolas que colocam os estudantes com deficiência em um grupo que deve apenas executar tarefas simples e previamente definidas. Mas, essas instituições nem sempre acompanham o ritmo do aluno ou não agregam realmente conhecimento ao indivíduo, além de não levarem em consideração a opinião do estudante sobre qual a forma que este considera melhor para executar a tarefa proposta. Muitas atividades são recomendadas, mas sem antes entender a melhor forma de ensinar, ou como esse estudante em questão consegue apreender melhor o conteúdo.

Estudantes, no geral, podem não atender às expectativas do modelo de ensino da instituição. Com indivíduos que apresentam DI, isso é muito mais comum. E esse fato torna-se ainda mais problemático se considerarmos que as escolas, em seu modelo de padrão conservador, ignoram que cada indivíduo tem uma forma pessoal de construir o conhecimento. Agindo dessa forma, as instituições de ensino reforçam ainda mais a ideia que indivíduos com DI não têm a capacidade de aprender e reforçam preconceitos, o que acaba por inibir ainda mais esses estudantes.

Uma forma eficiente de fixar o conteúdo, é relacionar o que está sendo estudado a algo da vivência do próprio estudante, ou permitir que este participe de forma mais efetiva do processo de aprendizagem, tendo em vista que:

O contato direto com os objetos a serem conhecidos não pode ser descartado, mas o importante é intervir no sentido de fazer com que esses alunos percebam a capacidade que têm de pensar, de realizar ações em pensamento, de tomar consciência de que são capazes de usar a inteligência de que dispõem e de ampliá-la, pelo seu esforço de compreensão, ao resolver uma situação problema qualquer. Mas, sempre agindo com autonomia para escolher o caminho da solução e a sua maneira de atuar inteligentemente. (ALMEIDA, 2015, p. 34)

A forma mais eficiente de apropriação de conteúdos para alunos com DI envolve acreditar no potencial desse estudante e dar a ele certa autonomia quanto à forma como acredita ser a melhor para que realize as atividades. É claro que os professores não devem permitir que os estudantes façam tudo o que quiserem quando e se quiserem. O interessante é explicar os conteúdos e dar a oportunidade para que os estudantes escolham como acreditam ser a melhor forma de desenvolverem atividades ou até mesmo serem avaliados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito já foi mudado e feito como forma de avançar e obter melhores condições para estudantes com DI. Avanços como maiores informações, diagnósticos precisos e luta contra o preconceito vêm fazendo grande diferença na vida das pessoas com deficiência intelectual. No entanto, os avanços não podem parar. Ainda há muito o que ser aprimorado.

Portanto, faz-se extremamente necessário que pais, professores, governantes entendam as diferenças e as características das diferentes formas de DI, de forma a conseguir atender da melhor maneira possível os estudantes e conseguir uma experiência satisfatória para todos.

As escolas devem oferecer situações nas quais o aluno tenha participação ativa ou que façam parte de aspectos cotidianos. O atendimento especializado deve proporcionar liberdade aos alunos, tanto para poderem opinar como gostariam de ser avaliados, quanto para poderem ter conteúdos mais voltados às suas vivências. Dessa forma, o próprio estudante construirá, dentro de suas condições, o conhecimento. Além disso, ele entenderá que é alguém com autonomia e capaz de aprender.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. R. **Deficiência intelectual e o atendimento educacional especializado.** Caderno didático do curso de Atendimento Educacional Especializado. NEAD, UFERSA: EDUFERSA, 2015.

APAE DE SÃO PAULO **Glossário Temático Deficiência Intelectual** Série A. Normas e Manuais Técnicos. 1 ed. São Paulo, 2014

BATISTA, J. Algumas considerações teóricas e metodológicas sobre a abordagem biográfica, instrumento da pesquisa educacional e da formação: contribuições da escola de Chicago e do Interacionismo Simbólico. **In: 18º Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste**, 2007. Maceió.

BATISTA, C. A. M. **Educação inclusiva:** atendimento educacional especializado para a deficiência mental. [2. Ed] Brasília: MEC, SEESP, 2006. 68 p.

BAPTISTA, C. R. **Ação pedagógica e educação especial:** para além do AEE PPGEDU-UFRGS. VI Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial: Prática Pedagógica na Educação Especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais.** Tradução: Marco Estevão e Renato Aguiar. 4. ed. Editora Hucitec. São Paulo, 1999

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: 01/06/2017

DÉO, A. F., PEREIRA, J. A. F. **A triangulação entre Deficiência Intelectual, Funcionalidade Humana e Apoios.** Revista Dica, n.4, ano 3. Faculdade de Agudos (FAAG), 2011

DIAS, M. C. **Atendimento educacional especializado complementar e a deficiência intelectual:** considerações sobre a efetivação do direito à educação. São Paulo: s.n., 2010

DÍAZ, F., et al., orgs. **Educação inclusiva, deficiência e contexto social:** questões contemporâneas [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. 354 p.

GARGHETTI, F. C. et al. Breve história da deficiência intelectual. **Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID)**, 10, Julio, 2013, 101-116. Disponível em: <http://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/reid/article/viewFile/994/820> Acesso em: 03/07/2017

NEVES, J. A., NEVES, L. A. **Como planejar uma Pesquisa Científica:** Sugestões para o desenvolvimento de uma pesquisa científica. Disponível em: <http://www.unifra.br/professores/alexz/dicasPlanejandoPesquisaCientificia.pdf> Acesso em: 30/04/2017.

SILVA, F. G. **Inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual:** o atendimento intelectual especializado (AEE) em discussão. Fortaleza, 2011. p. 166

STUMPF, I. R. C. Pesquisa Bibliográfica. In: DUARTE, BARROS (Orgs.) 2. ed. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação** 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

TÉDDE, S. **Crianças com deficiência intelectual:** a aprendizagem e a inclusão. Americana: Centro Universitário Salesiano de São Paulo, 2012.